

**Benedita: "1% fica com 44% das terras"**



Benedita

O Brasil tem uma das maiores concentrações fundiárias de todo o mundo e é um dos raros países que não fez uma reforma agrária

séria, afirmou ontem a senadora Benedita da Silva (PT-RJ). Ela citou dados do IBGE, mostrando que 44% das terras agricultáveis do país estão nas mãos de apenas 1% dos proprietários.

- De um lado, são aproximadamente 50 mil latifundiários. Do outro lado, há 3,1 milhões de agricultores ocupando apenas 2,36% das terras produtivas - informou a senadora.

Benedita da Silva disse que seriam necessários cerca de R\$ 4 bilhões para assentar 400 mil famílias em todo o Brasil. "É um custo baixo, comparando-se aos gastos que o governo federal vem fazendo em alguns setores, como no socorro financeiro a bancos em dificuldades", afirmou.

A senadora advertiu que os países que relutaram em fazer a reforma agrária, como Nicarágua, El Salvador e Guatemala, foram palco de luta armada.

**CRE quer ouvir governador sobre massacre no PA**

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional decidiu ontem convidar o governador do Pará, Almir Gabriel, para falar sobre os problemas fundiários de seu estado.

Página 2

## Senadores repelem críticas do presidente do BNDES

*Vice-líder do governo lê em plenário nota em que Mendonça de Barros garante que não se referiu de forma pejorativa a parlamentares*

As críticas do presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luiz Carlos Mendonça de Barros, a parlamentares contrários à privatização da Companhia Vale do Rio Doce provocaram reações no plenário ontem à tarde. Os senadores José Alves, Pedro Simon e Edison Lobão condenaram as declarações atribuídas a Mendonça de Barros. O vice-líder do governo, José Roberto Arruda, leu nota divulgada por Luiz Carlos Mendonça de Barros, na qual o presidente do BNDES afirma que em nenhum momento classificou de



Arruda

Doce.

Arruda considerou "infelizes" as declarações atribuídas a Mendonça de Barros pelo noticiário da imprensa. Segundo o senador, "independente da filiação partidária, do compromisso de cada um com o futuro do país, é preciso haver res-

peito às instituições e àqueles que respondem por elas." Ele afirmou que é testemunha da imparcialidade e isenção do senador José Sarney na condução dos trabalhos da Casa.

O vice-líder do governo, que esteve ontem com o presidente do BNDES, informou que este telefonou ao senador José Sarney, para explicar suas declarações feitas em Hannover. Além disso, Mendonça de Barros disse a Arruda que só em 60 dias terá concluído o estudo sobre as vantagens ou não da privatização da Vale do Rio Doce.

Página 3

## Comissão Mista aconselha rejeição do veto à anistia aos petroleiros

Comissão Mista do Congresso opinou ontem contra o veto do presidente Fernando Henrique Cardoso ao projeto de lei que anistia os sindicatos dos petroleiros das multas impostas pelo Tribunal Superior do Trabalho durante a última greve da categoria. De autoria do senador Josaphat Marinho (PFL-BA), o relatório foi aprovado pela maioria dos membros, com voto contrário do deputado Arnaldo Madeira, que quarta-feira tinha pedido vistas do processo. A matéria será encaminhada à apreciação do Congresso Nacional.

Ao comentar o voto em se-

parado do deputado, que defende a posição do governo, o relator contra-argumentou afirmando que anistia é apagar o que aconteceu no passado. Segundo Josaphat, a intenção atribuída ao presidente da República de enviar projeto de lei estabelecendo parâmetros para o TST fixar multas, como medida amenizadora do veto, pode ser vista como "caminho perigosíssimo", por estabelecer um efeito retroativo que não beneficia a quem se pretende anistiar. O senador disse que o exame do projeto de iniciativa governamental deve ser examinado sem qualquer vin-



Josaphat

culação com o projeto de lei veto.

### MENSALIDADE

A Comissão Mista da medida provisória da mensalidade escolar, presidida pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), aprovou ontem parecer do relator, deputado Paes Landim, que optou por apresentar projeto de lei de conversão.

## CAE analisa empréstimo ao Paraná

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado realizou ontem audiência pública com os secretários da Fazenda, de Desenvolvimento Urbano e de Planejamento do Paraná, para obter informações sobre as condições financeiras do estado para contratar operação de crédito externo junto ao BID, no valor de US\$ 249 milhões. O financiamento destina-se à implementação do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Urbano e Melhorias de Infra-Estrutura Municipal - Paraná Urbano, e precisa de autorização do Senado.

Os secretários responderam a várias questões levantadas pelos senadores Roberto Requião (PMDB-PR), Osmar Dias (PR) e Jefferson Peres (PSDB-AM). As perguntas foram, principalmente, sobre a capacidade de investimento do estado e o peso da folha de pagamento, da dívida e dos juros na receita líquida do Paraná. A sessão, à qual também compareceu o senador Luiz Alberto (PTB-PR), foi presidida por Roberto Requião.



As indicações de dois novos embaixadores foram aprovadas na reunião de ontem da CRE

## CRE quer ouvir Almir sobre questões de terra no Pará

*A comissão aprovou ontem requerimento ao Itamaraty para saber a posição do Brasil no conflito entre Israel e Líbano*

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado (CRE), presidida pelo senador Antonio Carlos Magalhães, decidiu ontem convidar o governador Almir Gabriel, do Pará, para falar, possivelmente no dia 8 de maio, sobre os problemas fundiários de seu estado e perspectivas de soluções, tendo em vista o episódio envolvendo o movimento dos sem-terra e a Polícia Mili-

tar paraense.

Na mesma reunião, a comissão resolveu enviar ofício ao Ministério das Relações Exteriores solicitando informações sobre que posicionamento está tomando o Brasil com relação ao conflito envolvendo o Líbano e Israel. A comissão pretende também convidar o embaixador do Brasil junto ao Paraguai, para ouvi-lo a respeito

da situação política daquele país.

### EMBAIXADORES

A CRE aprovou ontem as indicações dos diplomatas Abelardo da Costa Arantes Júnior e Sérgio Barbosa Serra para, respectivamente, exercerem a função de embaixadores junto à República Islâmica do Paquistão e à da Coreia. As indicações serão encaminhadas, agora, à apreciação do plenário.

## CCJ volta a apreciar projeto para estrangeiro em situação irregular

O projeto de lei que dá novo prazo para que os estrangeiros que residem no Brasil regularizem sua situação recebeu emendas no plenário do Senado e agora voltará à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para análise das propostas de mudanças. O projeto já foi vota-

do uma vez e constou da ordem do dia de ontem, para votação suplementar.

Também será examinado pela CCJ o projeto de lei, oriundo da Câmara, que propõe o fim da cobrança da contribuição sindical. A decisão foi tomada pelo plenário. Outro projeto que constou da or-

dem do dia e será agora submetido à Comissão de Assuntos Econômicos regulamenta a atividade de motorista e cobrador de ônibus. Pela proposição, a jornada de trabalho dos motoristas e cobradores será de seis horas para quem trabalha por turno de revezamento.

## Agenda do Dia

### PLENÁRIO

9h - Sessão Não Deliberativa do Senado

Previsão dos trabalhos para a próxima semana

### COMISSÕES

Terça-feira (30.04.96)

11h - Comissão Especial destinada à elaboração dos projetos de lei reguladores do texto constitucional alterado pelas Emendas Constitucionais nºs 5, 6, 7, 8 e 9/95.

Pauta: Exposição do ministro de Minas e Energia, Raimundo Mendes de Brito, sobre sugestões para elaboração dos projetos de lei referentes às Emendas Constitucionais nºs 5 (gás canalizado) e 9 (petróleo). Local: Sala 02 - Ala Senador Alexandre Costa.





Edison Lobão

## Lobão: sem pressa para "doar" empresa

O senador Edison Lobão (PFL-MA) disse ontem ser favorável ao projeto relacionado ao processo de privatização da Vale do Rio Doce "para evitar especulações contrárias à imagem do Legislativo". Lobão fez essa afirmação após contestar as declarações atribuídas ao presidente do BNDES, Mendonça de Barros, de que o senador José Sarney (PMDB-AP) pretende retardar o processo de privatização da empresa para usá-la como "canal eleitoral".

Afirmando que também se sentia ofendido pelo dirigente do BNDES, Edison Lobão afirmou que "se o senhor Mendonça de Barros tem pressa em doar a Companhia Vale do Rio Doce, eu não tenho".

Em aparte, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) disse que "o presidente do BNDES tem fama de sério, mas não poderia fazer afirmações levianas e nem tratar da forma que tratou o presidente Sarney". Após considerar "justo" o pronunciamento de Lobão, ACM informou que "não manifestei o meu protesto porque o presidente do BNDES já teria desmentido as declarações a ele atribuídas".

O senador Ademar Andrade (PSB-PA), por sua vez, disse que "não é a primeira vez que Mendonça de Barros dá uma de atrevido e ousado; recentemente ele teve a capacidade de defender a privatização da Petróbrás".

# José Alves diz que presidente do BNDES foi incosequente

*Senador rebate críticas divulgadas pela imprensa e diz que pode haver no governo "porta-vozes do capital especulativo internacional"*

O senador José Alves (PFL-SE) questionou ontem sob que autoridade e com que respaldo Luiz Carlos Mendonça de Barros, presidente do BNDES, fez declarações injustas e depreciativas sobre os parlamentares, especialmente o presidente do Congresso, senador José Sarney. A seu ver, em razão da falta de consenso partidário e de unanimidade na opinião pública sobre a conveniência, para o país, da privatização da Companhia Vale do



José Alves

Rio Doce, "melhor do que ser incosequente e leviano, teria sido o sr. Mendonça de Barros ficar calado".

José Alves fez essas considerações a propósito de declarações publicadas ontem pela imprensa, em que o presidente do BNDES afirma que José Sarney opõe-se à privatização do CVRD por ser arcaico e "para manter a Vale como canal eleitoral".

### NÃO CONVENCE

Na opinião do senador por Sergipe, se há arcaicos no Con-

gresso Nacional, pode também haver, "encastelados em alguns postos da administração pública, porta-vozes e arautos do capital especulativo internacional". A privatização da Vale "é pouco convincente para os que desejam a grandeza do país", disse o senador, alertando que a venda da empresa pouco renderia ao país.

Em aparte, o senador Jefferson Peres (PSDB-AM) sugeriu que seria mais prudente interpellar o presidente do BNDES, para confirmar a veracidade das declarações divulgadas.

## Simon: declarações injustas, deselegantes e grosseiras

Ao comentar ontem as declarações atribuídas a Luiz Carlos Mendonça de Barros, presidente do BNDES, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) considerou-as injustas, deselegantes e grosseiras e afirmou esperar que elas fossem desmentidas. Em seminário promovido pelo estado do Rio de Janeiro na Feira de Hannover, Mendonça de Barros, "segundo a notícia, não conseguiu esconder sua indignação contra Sarney, por tentar inviabilizar a privatização da Vale", relatou o senador.

- Eu também tenho irritação quando vejo cidadãos saírem de bancos particulares, irem para o Banco do Brasil, o Banco Central, o BNDES, e depois voltarem - disse o senador.

Simon afirmou que o pre-

sidente do Congresso, senador José Sarney, não está inviabilizando a privatização da estatal. Para ele, "poderíamos ter uma queixa em sentido contrário", pois Sarney "está demorando para

colocar em votação" o projeto que retira a Vale do programa de privatizações.

Quanto à opinião do presidente do BNDES de que o senador José Sarney seria arcaico, Simon manifestou-se incrédulo. Há três anos, segundo ele, semelhante avaliação era inimaginável. Quem poderia pensar que uma autoridade do governo de Fernando Henrique consideraria arcaico conservar a Vale e moderno "entregá-la não sei para quem?", perguntou. A Vale do Rio Doce é dona do subsolo brasileiro e é um absurdo privatizá-la, sustentou Simon.



Simon



José Eduardo Dutra

## Dutra pede rapidez para projeto da Vale

O líder do PT, senador José Eduardo Dutra (SE), solicitou à Mesa do Senado a inclusão na ordem do dia, para votação, do projeto de sua autoria que submete ao Senado o processo de privatização da Vale do Rio Doce.

Na justificativa do pedido, Dutra argumentou que há mais de 30 dias apresentou requerimento para que a matéria sobre a Vale seja apreciada com a maior brevidade possível.

O senador José Sarney (PMDB-AP), na presidência da sessão, informou que o líder do PT será atendido conforme determina o regimento da Casa.

## Projeto de Odacir acelera julgamento de crimes do "colarinho branco"

*Senador constata que a morosidade desses processos, quando chegam à Justiça, tem beneficiado o delinqüente com prescrição da pena*



Ademir Andrade

### Ademir cobra energia para cidades do Pará

O líder do PSB no Senado, Ademir Andrade (PA), encaminhou ontem à Mesa requerimento dirigido ao ministro de Minas e Energia solicitando uma projeção da estimativa de gastos para expandir a linha de transmissão da energia elétrica de Tucuruí para o oeste do Pará.

De acordo com o senador, a hidrelétrica, construída na época do milagre brasileiro e que consumiu US\$ 6 bilhões - dívida que, conforme Ademir, até hoje é paga pelo povo brasileiro -, "jamais atendeu à demanda da Amazônia, e causou grandes prejuízos a investidores na região".

Ademir Andrade informou que a bancada federal do Pará conseguiu dotação orçamentária de R\$ 14 milhões para a construção da linha que abrange diversas cidades do oeste do estado, entre elas Altamira, Itaituba e Santarém, e ele indaga se há perspectivas de que ainda no governo atual a energia da hidrelétrica chegue a uma dessas cidades. "Fernando Henrique prometeu que resolveria essa situação mas não está cumprindo a promessa", cobrou o senador.

A adoção de um rito especial com o objetivo de dar rapidez ao julgamento dos crimes contra o sistema financeiro é o que estabelece projeto de lei apresentado pelo senador Odacir Soares (PFL-RO), com o argumento de que a morosidade desses processos tem dificultado "a boa prestação jurisdicional do Estado e beneficiado o delinqüente com possível prescrição punitiva".

Odacir Soares lembra, na justificativa do projeto, que a aplicação de qualquer punição no Brasil, nos crimes do "colarinho branco", ocorre em média quatro anos após a instauração do pro-

cesso, quando nos Estados Unidos, por exemplo, esse prazo é de 90 dias.

Pela proposição, os bens pessoais dos réus ficarão judicialmente indisponíveis até o trânsito em julgado da respectiva sentença penal ou cível e poderão ser aplicadas multas de até 400 salários mínimos às instituições financeiras que infringirem as normas legais.

#### DENÚNCIA

O acusado de crime financeiro - mesmo que primário e de bons antecedentes - não



Odacir: prazo longo gera impunidade

poderá pagar fiança, nem apelar antes de ser recolhido à prisão, prevê o projeto. A matéria determina ainda que o Ministério Público oferecerá a denúncia dois dias após a conclusão do inquérito judicial, no caso do réu preso, e em oito dias, se estiver solto.

## Alcântara: Ceará desenvolve modelo de gestão da saúde pública para o Brasil

O Programa Saúde Família, que o governo do Ceará vem implantando em parceria com os municípios do estado e o governo federal, foi destacado pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), para quem as medidas ali adotadas representam "uma verdadeira redefinição de saúde pública". Segundo acredita, o desafio, agora, será transformar todo o estado num grande laboratório de desenvolvimento do modelo de vigilância à saúde da família. O programa atende, atualmente, 143 mil famílias, que representam mais de

600 mil pessoas.

Lúcio Alcântara explicou que o modelo adotado dá prioridade às ações de promoção da saúde e prevenção das doenças, com a utilização de agentes de saúde que se transformam numa "espécie de médico de família". O programa também promove, a seu ver, uma relação mais humana entre os profissionais da área e a comunidade, além de proporcionar menor custo e maior eficiência no aten-



Alcântara destaca avanço do programa

dimento.

- Com esse programa, a administração Tasso Jereissati consolida-se como um governo inovador e voltado para o atendimento das necessidades sociais da população - garantiu o senador.



# Tebet anuncia frente para defender habitação

*Senador informa que objetivo de parlamentares é fixar compromissos nas três esferas de governo, e considera déficit de 10 milhões de moradias o item número 1 da dívida social*

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) anunciou ontem que se integrou à Frente Parlamentar da Habitação e do Saneamento Urbano, recentemente criada, cujo objetivo é definir uma política habitacional para o país. Os parlamentares, como explicou, buscarão fixar compromissos entre as três esferas governamentais, com ênfase na autonomia municipal.

O déficit habitacional, estimado em 10 milhões de moradias, é o item nº 1 da dívida social brasileira, afirmou o senador. Diante



**Ramez Tebet defende mudanças em financiamentos**

desse quadro, se alcançadas as metas de programas do governo como o Pró-Moradia, o Pró-Saneamento e a

Carta de Crédito, a seu ver, elas "configurarão pífio resultado". Os dois primeiros programas, segundo Tebet,

excluem a participação de muitos estados e municípios devido às exigências para contratação de financiamentos. No programa Carta de Crédito, os valores financiados são insuficientes, disse.

Ramez Tebet defendeu também uma completa reformulação do sistema de financiamento habitacional, a criação de novas fontes de recursos, um novo arranjo institucional de gestão do setor, o investimento em novas tecnologias e a concretização de parcerias com a iniciativa privada.

## Josaphat pede socorro para desabrigados

O senador Josaphat Marinho (PFL-BA) disse ontem que "Salvador se encontra em estado de calamidade" em consequência das chuvas que castigam a população pobre da capital baiana. Segundo o senador, "a calamidade atinge vários pontos da cidade e a prefeitura não dispõe de recursos para socorrer os desabrigados, que necessitam do auxílio urgente do governo federal".

Josaphat informou que vários prédios desabaram, "abrindo clareiras e fazendo sucumbir parcela da população pobre", a quem externou solidariedade. Ele manifestou expectativa quanto à urgente liberação de recursos "para que sejam reduzidas as dificuldades e diminuído o sofrimento da população de Salvador".

## Jonas quer ampliação de incentivo para turismo ao Norte e Nordeste

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) sugeriu ontem que seja ampliada a isenção do imposto de renda para aplicação em empreendimentos turísticos e em infraestrutura nas regiões Norte e Nordeste. O senador argumenta que a medida trará benefícios às populações dessas regiões, com a melhoria das redes de transportes, energia e comunicações, "além de aliviar os governos federal, estaduais e municipais de onerosos encargos".

Pinheiro assinalou que "as disparidades regionais do país vêm sendo um importante fator de inibição do desenvolvi-



**Jonas: contra disparidades regionais**

mento". Essas disparidades, afirma o senador, contribuem para o aumento do grau de concentração populacional na região Centro-Sul, agravando ainda mais o quadro de desemprego.

Sem incentivos compensatórios, o investidor se

sente desmotivado para aplicar recursos nas regiões menos desenvolvidas, já que as vantagens oferecidas pelo Centro-Sul são mais atrativas, disse ele. Em aparte, o senador Valmir Campello (PTB-DF) apoiou a proposta.

# Lauro vê credibilidade de FHC abalada

*Para senador, afirmações de jornalista de que bancos beneficiados pelo Proer financiaram campanha presidencial exige reflexão sobre livre uso de dinheiro nas eleições*

O senador Lauro Campos (PT-DF) comentou ontem artigo do jornalista Carlos Heitor Cony, segundo o qual dois bancos beneficiados pelo Proer financiaram a campanha de Fernando Henrique Cardoso à presidência da República. Na sua opinião, diante da denúncia, "a credibilidade do presidente fica abalada".

Lauro Campos ressaltou que a suspeita que recai sobre Fernando Henrique suscita uma reflexão sobre a livre penetração do dinheiro nas campanhas eleitorais,

situação que, em seu entender, torna os mandatos comprometidos com grandes monopólios financeiros e empreiteiras. Ele lembrou que tramita no Senado projeto de sua autoria limitando essas contribuições.

A economia capitalista imposta pelo Fundo Monetário Internacional também recebeu críticas do senador petista, para quem a América Latina hoje convive com um verdadeiro "vulcão pronto para derramar magma sobre a superfície". Ele se referia às "convulsões sociais"



Lauro Campos: temores sobre futuro da América Latina

que acontecem no Brasil, no México e na Nicarágua, conforme acrescentou. Lauro Campos disse prever um fu-

turo sofrido para as populações dos países onde há demasiada concentração de renda.

## Valadares diz que confia em decisão do STF



Valadares

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) disse ontem que o Supremo Tribunal Federal (STF) "agirá com justiça e concluirá

que o cancelamento da CPI do sistema financeiro feriu o direito das minorias garantido no artigo 58, parágrafo 3º, da Constituição". Ele afirmou que a opinião pública precisa ser ouvida e conhecer essa "caixa-preta" do Banco Central.

Valadares fez essa declaração ao comunicar ao plenário que o presidente do Senado, José Sarney, já enviou ao Supremo Tribunal Federal as informações solicitadas sobre o arquivamento da CPI do sistema financeiro. Segundo o senador, o STF já tem elementos para julgar o mandado de segurança apresentado por ele contra o arquivamento da comissão.

## José Serra admite que Proer afeta finanças públicas, afirma Suplicy

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou ontem que o Proer tem grande impacto sobre as finanças públicas, pelo fato de criar renúncia fiscal ao conceder benefícios a bancos que tomam recursos daquele programa de assistência financeira às instituições bancárias.

Suplicy disse ter cobrado do ministro do Planejamento, José Serra, esclarecimentos sobre a perda daquela receita, em reunião realizada na manhã de ontem, na Comissão Mista de Orçamento, onde Serra deba-

teu o assunto. Conforme o senador, o ministro concordou em que há perda fiscal.

Salientando que, na prática, o Proer contra-



Suplicy: Proer contraria a LDO

ria o que ficou estabelecido pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) em vigor e o que está previsto no projeto orçamentário para

1997. Suplicy explicou que, pelo lado da despesa, o gasto com o Proer aparece quando o governo tem de pagar os juros dos títulos públicos que foi obrigado a colocar no mercado para evitar a expansão da base monetária.

- Contrariamente ao que tem afirmado Fernando Henrique Cardoso, o ministro Serra reconheceu o impacto do Proer sobre as finanças públicas - frisou Suplicy, acrescentando que o ministro do Planejamento manifestou boa vontade em debater aquele programa com os senadores de modo a esclarecer a sociedade quanto ao valor da perda causada pela renúncia fiscal.



# Casildo defende redução de juros para 2%

*O senador por Santa Catarina pede que Bernardo Cabral mantenha proposta da Câmara, em projeto do qual é relator, para baixar juros e multas em casos de inadimplência*

## Lobão propõe mudanças para IR mais justo

A Receita Federal, por ter a possibilidade de agir com mais rapidez, deveria incluir em suas normas as sugestões que constam de projetos em tramitação no Legislativo e que tornam o imposto de renda mais justo. A opinião é do senador Edison Lobão (PFL-MA), autor de duas proposições sobre o assunto, ambas em tramitação no Senado. O senador se disse surpreso com a indiferença demonstrada em relação às suas propostas e lamentou que, "no Brasil, só se debate imposto de renda às vésperas do dia fixado para a entrega das declarações".

Edison Lobão explicou que um de seus projetos isenta da declaração os que só possuem uma fonte de rendimentos e sobre esses incidem os descontos da lei. "Nesses casos o contribuinte já cumpriu com o seu dever, e, na hipótese de alterações no seu patrimônio, bastaria encaminhar à Receita, pelos Correios, uma simples notificação", afirmou. O senador também quer aumentar o desconto a que têm direito os contribuintes com mais de 60 anos.

Em outro projeto, o senador incluiu a permissão para que as pessoas físicas deduzam de seus rendimentos tributáveis os valores pagos a até dois empregados por unidade familiar, desde que tais empregados tenham suas carteiras profissionais regularmente anotadas e os empregadores recolham as contribuições.

O estado de Santa Catarina deu uma demonstração de sua "maturidade política", disse ontem o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), ao registrar manifestação feita por diversos segmentos da sociedade catarinense, inclusive donas de casa, para que as taxas de juros e multas nos casos de inadimplência sejam fixadas em 2%. Segundo Maldaner, a iniciativa reflete o anseio da população brasileira e dos micros e pequenos empresários.

O senador informou ter apresentado emendas à MP 1.398/95 - que dispõe sobre



Casildo Maldaner

medidas de complementação ao Plano Real - propondo a redução dos juros para 2%, extensiva também aos condomínios.

Projeto de lei da Câmara

no mesmo sentido encontra-se em tramitação no Senado e tem como relator o senador Bernardo Cabral (PFL-AM), que, segundo Maldaner, deseja apresentar emenda alterando o percentual de 2% para 5%. Citando a manifestação ocorrida em Santa Catarina, Maldaner apelou ao senador amazonense para que dê parecer favorável à matéria na sua forma original, de modo a que o projeto, uma vez aprovado pelo Senado, vá imediatamente à sanção presidencial, "atendendo, assim, as expectativas de todos os segmentos produtivos do Brasil".



No encontro com dirigentes sindicais, Sarney disse que ter emprego hoje é privilégio

## Trabalhadores pedem a Sarney pela contribuição sindical

O presidente do Senado, José Sarney, afirmou ontem a sindicalistas que lhe pediram apoio para evitar o fim da contribuição sindical que o desemprego transformou-se no "problema básico" do país. Sarney advertiu que o modelo de desenvolvimento adotado não pode fazer a estabilização econômica às custas do sofrimento das camadas mais desprotegidas

da população.

- O aumento do desemprego é assustador. Hoje, trabalhar passou de direito a privilégio - assinalou.

Sarney disse aos representantes dos trabalhadores que acabar com a contribuição sindical sem criar outro mecanismo de respaldo às entidades "seria dar um passo no escuro", e comprometeu-se a levar esta posição à liderança

do PMDB. A extinção da contribuição sindical está tramitando no Senado.

Os dirigentes sindicais, representando vinte e duas organizações do Rio Grande do Sul, compareceram à audiência acompanhados pela senadora Emília Fernandes (PTB-RS) e pelo presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI).

# Valmir contesta pesquisa sobre o custo de Brasília

*Senador lembra que cidade é a que paga mais imposto de renda per capita no país, prestando serviços à Nação como sede dos três poderes e hospedeira do corpo diplomático*

O senador Valmir Campelo (PTB-DF) disse ontem ser "improvável que outra cidade, em qualquer época, tenha sido alvo de tantas críticas e impropérios como Brasília", ao criticar dados de pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas, segundo a qual a cidade custou, desde sua fundação, R\$ 155 bilhões - mais do que a dívida externa.

- O mínimo que posso di-

zer dessa pesquisa, cujas formulações básicas o *Jornal de Brasília* publicou, é que não honra as tradições de inteligência e de saber que cercam os pesquisadores da Fundação Getúlio Vargas. Lamentamos o desperdício de tempo e de



Valmir Campelo

mão-de-obra - afirmou.

Valmir disse que a pesquisa não menciona, por exemplo, quanto Brasília gerou em receita para a União: "Esta é uma das cidades que mais paga imposto de renda *per capita* no país. Quanto desse imposto retorna à cidade?"

E os serviços prestados como sede dos três poderes e hospedeira do corpo diplomático?", indagou.

Depois de salientar que Brasília já teve adversários mais inteligentes, o senador brasileiro disse que, ao afirmar que a cidade é uma "usina de desperdício", a pesquisa, intencionalmente ou não, "confunde a capital, instância geográfica, com o estado que sedia".

## Mauro registra falecimento de Carmo Bernardes

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) registrou o falecimento do escritor e jornalista Carmo Bernardes, de 80 anos, ocorrido ontem em Goiânia. Segundo o senador, Carmo Bernardes, além de contista e escritor regionalista, foi também "uma das mais autênticas expressões da cultura do Centro-Oeste".

- Carmo Bernardes, que era mineiro de Patos de Minas, foi um Guimarães Rosa que se esticou na geografia, avançando na direção de Goiás, onde seu vultu está no mesmo patamar de Cora Coralina e de Bernardo Élis - afirmou.

Em seu nome e no da banca da goiana no Senado, Mauro Miranda manifestou aos amigos, familiares e a toda a sociedade de Goiás o seu sentimento "pela perda de um dos homens mais ilustres" do seu estado.

## Romero Jucá propõe reduzir maioria penal para 16 anos

Em emenda constitucional apresentada ontem, o senador Romero Jucá (PFL-RR) propõe que os maiores de 16 anos que cometerem crimes violentos contra a vida ou o patrimônio e grave ameaça à pessoa sejam penalmente responsáveis por eles. A Constituição fixa a idade de 18 anos para a maioria penal.

O senador argumentou que o Código Penal é de 1940 e, de lá aos dias de hoje, é evidente "o aumento da capacidade de entendimento dos menores". O direito de voto e a permissão de obtenção de



Romero Jucá

carteira de piloto privado, estendidos aos jovens de 16 anos, corresponderiam, a seu ver, a um reconhecimento dessa maturidade.

Na defesa de sua proposta, Jucá também apontou que a sociedade brasileira, estarrecida com o aumento dos crimes praticados pela faixa etária de 16 a 18 anos, vê-se tomada pela descrença na Justiça e nos seus agentes.

O senador reconheceu que sua proposta é polêmica e já foi rejeitada em outras ocasiões pelo Congresso Nacional. Na sua opinião, os adversários da redução da maioria penal têm maior espaço na imprensa, conscientemente ou não cooptada por eles.



Romeu Tuma

## Tuma quer apurar tragédia da hemodiálise

Requerimento apresentado à Mesa pelo senador Romeu Tuma (PSL-SP) propõe que uma comissão de cinco senadores vá a Pernambuco para levantar informações sobre "a tragédia da hemodiálise" de Caruaru.

- Esta Casa, devido à gravidade da questão, não pode ficar indiferente. O problema vem inquietando a sociedade e repercutindo no país e no exterior - justifica. O requerimento ainda será votado pelos senadores.

### MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho  
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares  
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias  
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

■ Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

### Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal  
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita  
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade  
■ Editores - Djálba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Maneuso  
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ Revisão: Maria das Graças Aureliano e Lindolfo Amaral  
■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal